



## EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

### ANÁLISE DO IMPACTO DO CORONAVÍRUS NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo de caso de uma cooperativa do município de Ponta Porã

ANALYSIS OF THE IMPACT OF THE CORONA VIRUS ON THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM: a case study of a cooperative in the municipality of Ponta Porã

**Claudia Vera da Silveira<sup>1</sup>**  
**Giovane Silveira da Silveira<sup>2</sup>**

#### RESUMO

O objetivo geral do artigo é analisar o impacto do Coronavírus (Covid 19) no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Ponta Porã – MS. Como metodologia foi utilizada um estudo de caso com entrevistas a representante de entidades jurídicas de cooperativas que participam do programa como fornecedores de gêneros alimentícios no município de Ponta Porã. Os resultados indicam que nesse período de pandemia em que as aulas estão sendo desenvolvidos de forma remota os agricultores familiares ainda estão participando da chamada do PNAE por meio de entrega de kit de alimentos que contém mel, feijão, quiabo, batata doce, mandioca, abóbora cabotiã, banana nanica, tomate, entre outros. Em época difícil ou até mesmo nunca vivenciada como é o caso do Coronavírus, a garantia de participar do PNAE gera um pouco de alívio aos agricultores no que diz respeito à possibilidade de comercializar a sua produção.

**Palavras-chave:** PNAE, COVID 19, Cooperativa.

#### ABSTRACT

The general objective of the article is to analyze the impact of Covid 19 on the National School Feeding Program (PNAE) in the municipality of Ponta Porã - MS. The methodology used was a case study with interviews with representatives of legal entities of cooperatives that participate in the program as suppliers of foodstuffs in the municipality

<sup>1</sup> Doutora em Geografia -UFGD. E-mail: claudiaveradasilveira@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Ponta Porã. Doutor em Geografia (UFGD). E-mail: prof.giovane.uems@gmail.com

of Ponta Porã. The results indicate that in this pandemic period in which classes are being developed remotely, family farmers are still participating in the PNAE call by delivering a food kit containing honey, beans, okra, sweet potatoes, cassava, pumpkin cabotiã, dwarf banana, tomato, among others. In a difficult time or even never experienced as is the case with the Coronavirus, the guarantee of participating in the PNAE generates a little relief for farmers with regard to the possibility of commercializing their production.

**Keywords:** PNAE, COVID 19, Cooperative.

## 1 INTRODUÇÃO

Ainda no primeiro decênio do século XXI o Governo Federal do Brasil regulamenta o PNAE – Programa Nacional de Merenda Escolar por meio da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009. Tal decreto dispõe sobre uma política pública que funcionava desde 1955. Todavia, a pujantes modificações em tal política já estava sendo arquitetada desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual declarava em seu artigo 208 que a Alimentação Escolar deveria figurar nas Políticas Públicas de Educação, e assim, passa a ser constituída como política pública permanente do Estado.

É por meio da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 em seu Artigo 14 que se expõe o mínimo de 30% dos recursos destinados do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE, como oriundos da Agricultura Familiar. O princípio orientador de tal política é de que sua aplicação leve à melhoria da renda dos agricultores e, por conseguinte, ao desenvolvimento local e a alimentação saudável dos estudantes. Um ponto chave desta nova situação é de que a licitação por menor preço é substituída pela chamada pública de produtos.

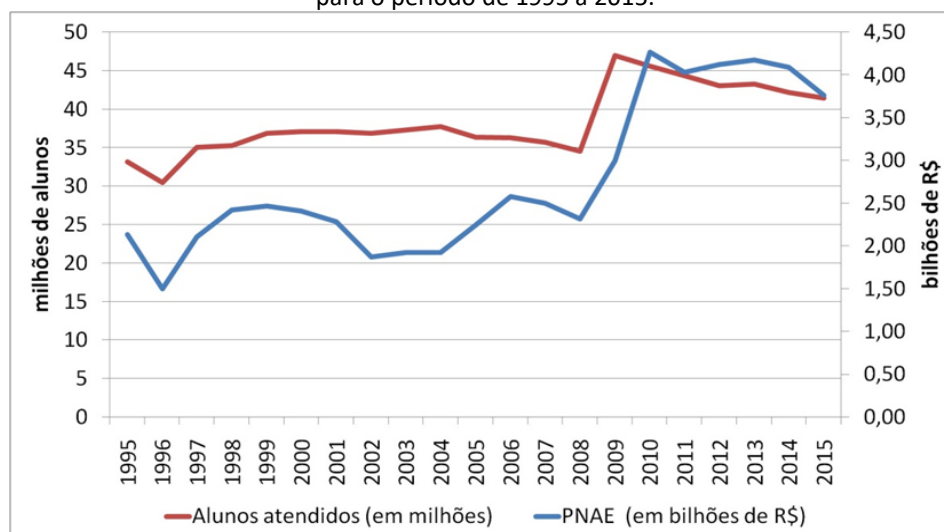
Triches e Schneider (2010) destacam a relevância de se conceder a parcela de 30% dos recursos do FNDE para o PNAE na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, haja vista que nos processos de licitação onde participam tanto atacadistas quanto varejistas, a preferência seria dada a agricultura familiar. Esse incentivo é de grande relevância, pois geralmente a produção da agricultura familiar é caracterizada por escala de produção pequena e fica onerosa, quando são realizadas as exigências tanto estruturais como e de logística.

O PNAE é considerado um dos mais antigos programas sociais na área da alimentação e garante a “alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas

públicas e filantrópicas” (BOHNER et al., 2014, p. 3195). Gonçalves e Baccharin (2018, p. 176) destacam que como “canal para a comercialização dos alimentos de origem familiar, o PNAE estimula renda e ocupação para as populações territoriais, além da alimentação saudável para os escolares”.

Na Figura 1 é possível verificar uma série histórica sobre a evolução dos gastos do PNAE e do número de alunos beneficiados por tal programa. Percebe-se que enquanto o público atendido aumentou em 25%, os valores, já deflacionados, do PNAE aumentaram em 76%, ou seja, triplicaram em relação à variação do número de alunos. O que significa um aumento substancial de recursos para a alimentação do alunado.

**FIGURA 1:** Série histórica dos alunos atendidos pelo PNAE e do volume de recursos deste programa no Brasil para o período de 1995 à 2015.

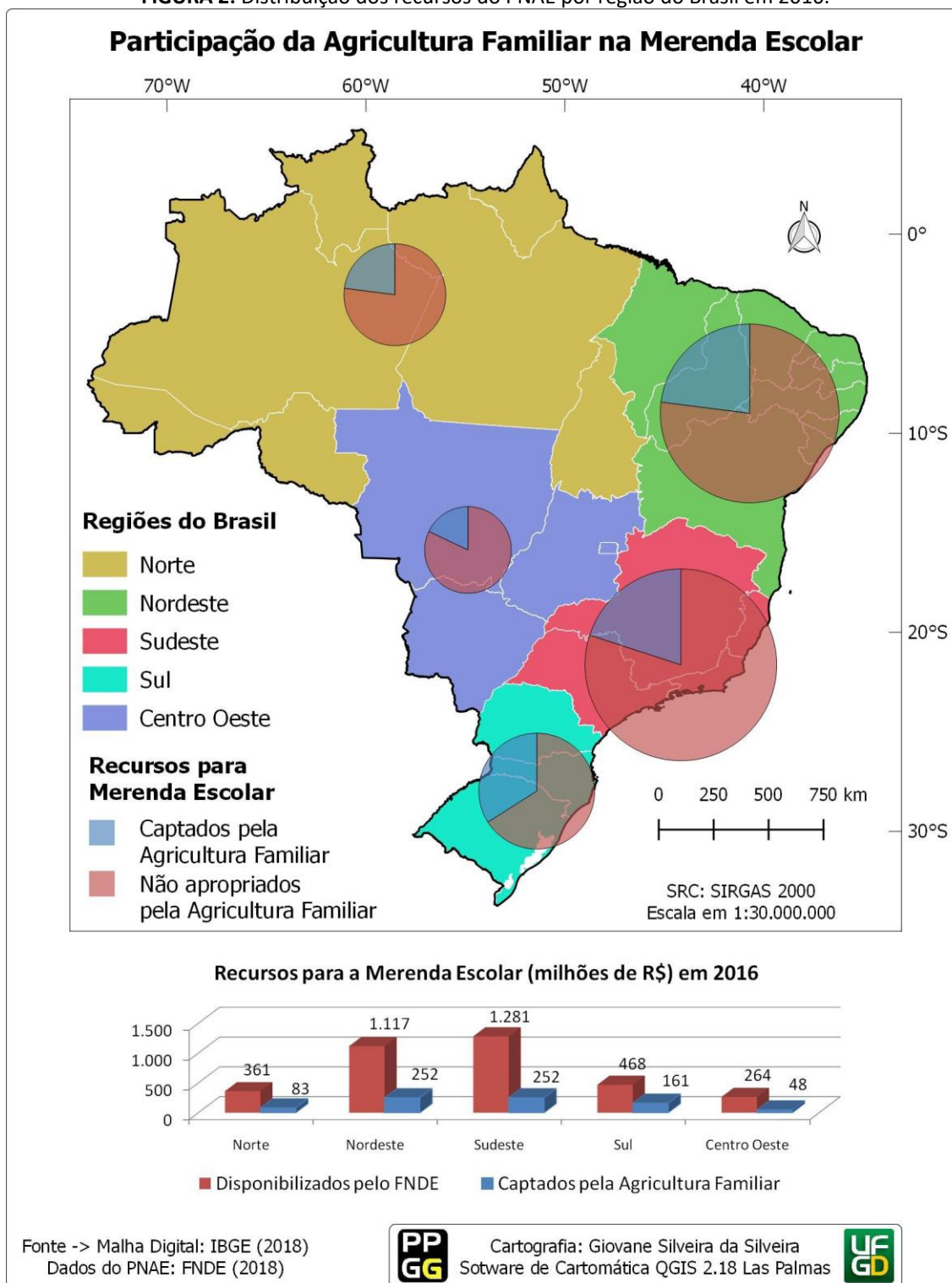


Fonte: Dados do portal FNDE (2018a). Elaborado pelos autores.

Na figura 02 é possível verificar a distribuição espacial dos recursos do PNAE segmentados pelo montante que é apropriado pela agricultura familiar e o restante que vão para os demais fornecedores.

Como o recurso é repassado pelo número de alunos matriculados no ano anterior e tal variável está correlacionada com o quantitativo da população, então é esperado que o recurso esteja alocado nas regiões mais populosas do país, as quais se encontram no litoral como o sudeste, nordeste e sul. Sendo acompanhada pelas regiões onde o quantitativo da população no território se torna mais rarefeita como o norte e centro-oeste.

FIGURA 2: Distribuição dos recursos do PNAE por região do Brasil em 2016.



Fonte: Dados do portal FNDE (2018b). Elaborado pelos autores.

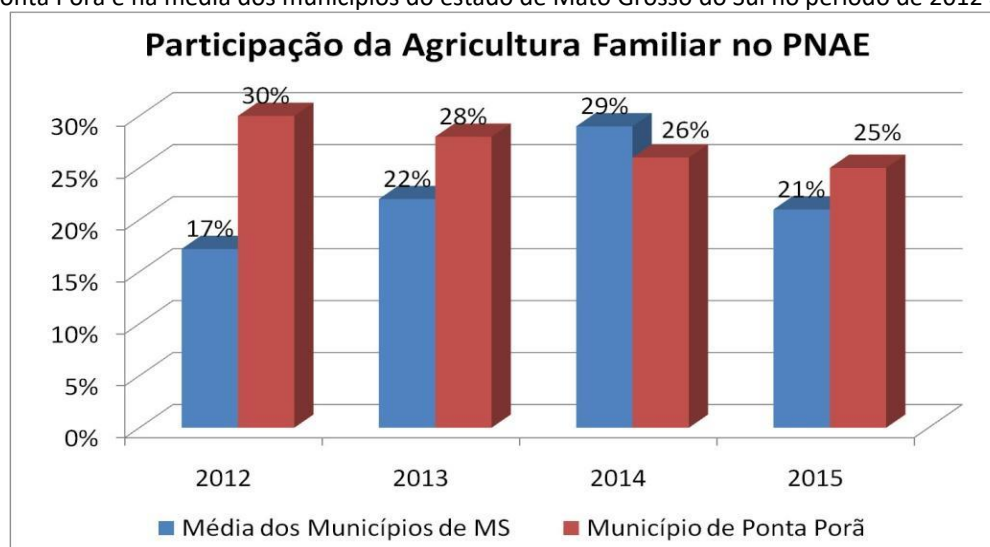
No que se refere à distribuição espacial dos recursos do FNDE para o PNAE pode-se perceber que o mesmo se distribui de forma mais intensa no litoral do país, pois neste a população está disposta de forma mais volumosa quando comparada com as demais regiões. E

uma população maior implica em uma maior recepção dos recursos que são destinados para estados e municípios conforme o número de alunos. Todavia, independente do volume de recursos, maior ou menor, o fato é de que a parte que cabe à Agricultura Familiar ainda está abaixo da faixa do mínimo de 30%. E isto pode ser explicado pelo fato de que os agricultores familiares ainda estão se adaptando a este novo mercado, também denominado por mercado institucional.

## 2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MS

Em um estado com 79 municípios, como Mato Grosso do Sul, o município de Ponta Porã esteve em quinto lugar, no ano de 2012, no que se refere à participação dos recursos do FNDE destinados para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, tal posição de quinto lugar também ocupou no ranking de absorção de recursos do FNDE pela Agricultura Familiar. Na figura 3 é possível verificar a participação da Agricultura Familiar no âmbito dos recursos do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação destinados para o Programa de Alimentação Escolar tanto em Ponta Porã quanto na média dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul.

**FIGURA 3:** Série histórica da participação da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar em Ponta Porã e na média dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul no período de 2012 à 2015.



Fonte: elaborado pelos autores.

Percebe-se que mesmo o município apresentando um decréscimo de tal participação do período inicial ao final da série, sua atuação ainda assim continua na maioria dos anos, com exceção de 2014, acima da média dos municípios de Mato Grosso do Sul. Percebe-se também que de 2014 para 2015, apesar de haver um decréscimo na participação, tal foi maior na média dos estados de Mato Grosso do Sul, quando comparado com o município de Ponta Porã.

E no ano de 2013 teve-se que metade dos recursos do FNDE para o PNAE em Mato Grosso do Sul estiveram concentrados em quatro municípios, a saber: Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas. Somente a capital do Estado, Campo Grande, concentrou um terço do somatório de todos os recursos destinados para os municípios. Já Ponta Porã, assim como em 2012, figurou em quinto lugar no ranking de captação de recursos, tanto de recebimento do PNAE, quanto no quinto lugar de participação da agricultura familiar nos recursos destinados para a Alimentação Escolar.

Em 2014 o valor do FNDE destinado para Ponta Porã ultrapassou a magnitude de um milhão de reais, mas somente R\$ 264.436,65 foram destinados para a Agricultura Familiar. Assim, no dito ano, apesar de manter o ranking de quinto município do estado em termos de recebimento de recurso, sua posição no que se refere à captação de tal recurso pela Agricultura Familiar foi de oitavo lugar no estado. Em 2015 a soma de recursos dos seguintes municípios: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã atingiam a porcentagem de 51,27% da soma de todos os recursos destinados do FNDE para o PNAE em Mato Grosso do Sul.

Com relação ao quantitativo de valores monetários absorvidos pelos agricultores familiares do PNAE, advindos do FNDE, para os municípios de Mato Grosso do Sul nos anos de 2013, 2014 e 2015, apresenta-se na Figura 4 uma segmentação com faixas de assimilação de tais recursos.

É possível perceber que a maioria dos municípios recebe um valor anual inferior à R\$ 200.000 (duzentos mil reais). Com relação a valores acima de R\$ 1.000 mil (um milhão de reais) tem-se que para todos os anos tal posição foi ocupada por municípios diferentes, ou seja, nenhum município conseguiu manter-se neste lugar para o período de 2013-2015. Já com relação aos municípios que ocupam a posição intermediária, na faixa de R\$ 200 mil à R\$ 1.000 mil, tem-se a permanência, em todos os anos, de Corumbá, Rio Brillhante, Naviraí e Ponta Porã.

### 3 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ

Verificamos que no município de Ponta Porã foram assistidas pelo PNAE um total de 13.573 alunos da rede pública municipal de ensino. Segmentados em Escola Municipal com total de 11.220 alunos, Centros de Educação Infantil com 2.057 alunos e Centro de Educação Especial com 296 alunos (SME, 2018). Também são atendidos 6 Escolas Estaduais.

Também foi possível constatar que o Setor de Merenda Escolar do município elabora o cardápio das escolas por meio de um planejamento anual, que toma uma forma mensal dividido por sua vez em quatro semanas. Geralmente o setor envia um cardápio de todas as escolas urbanas e rurais semanalmente para a cooperativa de agricultores familiares que participa do PNAE, a partir desse cardápio a respectiva cooperativa inicia o contato e/ou articulação com os cooperados solicitando uma quantia X de produtos. As Escolas Estaduais também tem seus cardápios elaborados por nutricionistas.

Geralmente os cooperados entregam a produção aos domingos no local da cooperativa, onde o Presidente juntamente com o Secretário da cooperativa recebe os produtos, fazem a pesagem correspondente e disponibilizam um comprovante de entrega de produção a cada cooperado. O meio de transporte utilizado pelos cooperados para a entrega produção varia desde moto, camioneta e/ou carona com amigos e os vizinhos.

Nos dias de segunda-feira no período matutino no primeiro horário iniciam os preparativos para a entrega dos alimentos nas escolas municipais. O transporte é por conta da cooperativa localizada no Assentamento Itamarati e é realizado em camionete com baú onde são armazenados os alimentos que são entregues em cada escola municipal e/ou CEINFs. A Figura 6 traz um registro do percurso realizado desde o Assentamento Itamarati, até o centro da área urbana da cidade de Ponta Porã, no qual se concentra de forma majoritária as instituições de ensino municipais. Assim, como nas áreas rurais de Sanga Puitã, Graça de Deus e Cabeceira do Ápa.

Verificou-se que os principais alimentos comercializados são mandioca, abóbora e cenoura, alface, salsinha, cebolinha, couve, cebola, tomate e brócolis, e frutas como laranja, pokã, banana. A Figura 5 e 6 apresentam alguns itens comercializados pela cooperativa que participa do PNAE.

**FIGURA 5:** Alimento comercializado via PNAE pelo Assentamento Itamarati ao município de Ponta Porã.



**Foto:** Arquivo Cooperativa Entrevistada (2019).

**FIGURA 6:** Alimento comercializado (tomate) via PNAE pelo Assentamento Itamarati ao município de Ponta Porã.



**Foto:** Arquivo Cooperativa Entrevistada (2019).

No contexto atual da pandemia do coronavírus (COVID 19) verificou-se que os agricultores estão ativos participando dos editais de chamadas do PNAE, porém estão se



adaptando à situação, a cooperativa continua recebendo os alimentos de cada agricultor, porém neste momento estão preparando kits de alimentos que será entregue nas escolas. A Figura 6 apresenta os kits de alimentos preparados por uma Cooperativa localizada no Assentamento Itamarati.

Em um primeiro momento foram preparados 500 kits, posteriormente foram preparados outros 550 kits, todos para a rede estadual de ensino. Em entrevista com um dos representantes da cooperativa, este nos comentou o seguinte:

As escolas estaduais estão cumprindo com a lei que o governo decretou, fazer kit de alimento, já o município ainda não pegou nada, a gente marcou pra conversar. Nesse momento de coronavírus quem perde mesmo é sempre o produtor, mas aqui a gente tá fazendo os kits, não estamos a todo vapor, estamos com 40 produtor, atendemos conforme dá. Atendemos 6 escolas estaduais. Tem um pedido de mais 500 kits tudo pro estado (Entrevista com o senhor M.D. em 25 de maio de 2020).

**FIGURA 6:** Kits de alimentos preparados em período de pandemia do Coronavírus por uma cooperativa do Assentamento Itamarati.



Fonte: M. D. (2020)

Os kits contêm alimentos in natura, como mandioca, feijão, quiabo, batata doce, banana nanica, tomate, abóbora cabotiã. Alimentos não perecíveis como alface, cheiro verde e cebolinha não fazem parte dos kits, assim como produtos processados como colorau ou iogurtes.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As políticas públicas que incentivam a participação da agricultura familiar nos editais públicos como é o caso do PNAE eleva o nível de organização e profissionalização dos agricultores familiares, materializadas na forma de organizações, associações e cooperativas, assim como também permitem o aumento disponibilidade de alimentos saudáveis para as instituições de ensino municipais e estaduais. Assim sendo, agricultores de assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas podem se inserir no circuito mercadológico como fornecedora de alimentos. Em época difícil ou até mesmo nunca vivenciado como é o caso do Coronavírus, a garantia de participar do PNAE gera um pouco de alívio aos agricultores no que diz respeito a possibilidade de comercializar a sua produção.

#### **REFERÊNCIAS**

BOHNER, T. O. L. et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma abordagem das compras institucionais nas microrregiões da Quarta Colônia e Vale do Jaguarí do estado do Rio Grande do Sul. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 3192-3202, 2014.

BRASIL. **LEI n. 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n. 10.880, de 9 de junho de 2004, n. 11.273 de 6 de fevereiro de 2006, n. 11.507 de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n. 2.178-36 de 24 de agosto de 2001, e a Lei n. 8.913 de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de junho de 2009.

FNDE. **Dados Físicos e Financeiros do PNAE**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-fisicos-e-financeiros-do-pnae> Acesso em 03/março/2018a.

FNDE. PNAE – **Programa Nacional de Alimentação Escolar**: Dados da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar> Acesso em 03/março/2018b.

GONÇALVES, Deywinson Tadeu Resende; BACCARIN, José Giacomo. Desenvolvimento territorial e alimentação escolar: o consumo no Vale do Ribeira e no Pontal do Paranapanema - SP. **Geografia**, Rio Claro, v. 43, n. 1, p.173-184, abr. 2018. Quadrimestral. AGETEO - Associação de Geografia Teórica.

MARQUES, A. A. et al. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1329-1341, 2014.

TRICHES, R.; SCHENEIDER, S. Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do programa de alimentação escolar no município de Dois Irmãos (RS). In: **Segurança Alimentar e Nutricional**, n. 17, Campinas, 2010.

PONTA PORÃ. **Número de Alunos Matriculados nas Escolas Municipais Urbanas**. Secretaria Municipal de Educação, Setor Censo Escolar. 2017.

PONTA PORÃ. **Número de Alunos Matriculados nos Centros de Educação Infantil**. Secretaria Municipal de Educação, Setor Censo Escolar. 2017.

PONTA PORÃ. **Número de Escolas Municipais Urbanas**. Secretaria Municipal de Educação, Setor Censo Escolar. 2018.

PONTA PORÃ. **Número de Centros de Educação Infantil**. Secretaria Municipal de Educação, Setor Censo Escolar. 2017.

